

A interface entre a Psicologia e a Inclusão Educacional

Helena Ferreira Vander Velden
Lúcia Pereira Leite

Como citar: VELDEN, H. F. V.; LEITE, L. P. A interface entre a Psicologia e a Inclusão Educacional. *In*: MARTINS, S. E. S. O.; GIROTO, C. R. M.; SOUZA, C. B. G. (org.). **Diferentes olhares sobre a inclusão**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. p. 23-43. DOI:

<https://doi.org/10.36311/2013.978-85-7983-395-3.p23-43>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

CAPÍTULO 2

A INTERFACE ENTRE A PSICOLOGIA E A INCLUSÃO EDUCACIONAL

Helena Ferreira Vander Velden

Lúcia Pereira Leite

INTRODUÇÃO

Ao abordar a relação entre Psicologia e deficiência, torna-se também objetivo deste texto contribuir de alguma forma para o processo de inclusão das pessoas com deficiência. Contudo, para que esse processo tenha sentido e possa ser efetivado, é necessário que se conheça o contexto em que foi constituído e as premissas que o guiaram – ou seja, sua história. Sendo assim, considera-se importante a apresentação de uma breve retrospectiva do movimento de Inclusão, nos âmbitos nacional e internacional, seu surgimento, suas características e principais documentos normativos.

A educação permite que os indivíduos sejam inseridos em seus meios sociais, pois é a responsável pela transmissão da cultura entre as gerações; a educação caracteriza o que faz parte, essencialmente, da espécie humana. A Psicologia histórico-cultural oferece grande contribuição à educação no que diz respeito à transmissão/aquisição da cultura, à humanização dos indivíduos pelas mediações – que se dão por meio de interações sociais com auxílio dos objetos e/ou instrumentos produzidos pelo homem.

De acordo com Brandão (1993), a educação, na espécie humana, dá continuidade ao trabalho da vida; exerce no homem a continuidade do trabalho da natureza de fazer com que ele evolua, tornando-se, assim, mais humano. Está, ainda, inserida em um domínio exclusivamente humano de trocas de símbolos, de padrões de cultura, de intenções e de relações de poder.

Numa análise histórica da relação que a sociedade teve e tem com a pessoa com deficiência, pode-se perceber que muito se alterou e grandes conquistas foram efetivadas ao longo dos tempos. Omote (1999) aponta que a história da atenção dirigida pelas sociedades aos seus deficientes mistura-se com a história das conquistas dessas sociedades na busca de melhor qualidade de vida para seus indivíduos.

Em complementar, Mendes (2006) pontua que, em nosso país, no século XIX, é possível encontrar algumas iniciativas isoladas como predecessoras da educação de indivíduos com necessidades educacionais especiais, localizadas em instituições residenciais e hospitais e, portanto, fora do sistema geral de ensino que vinha sendo construído no Brasil. Na década de 1950, com a falta de serviços e o descaso do poder público, surgiram os movimentos comunitários que tiveram como resultado as redes de escolas especiais privadas filantrópicas, as quais passaram a atender os que foram excluídos da escola comum desde sempre. A autora relata que somente na década de 1970 houve uma ação mais efetiva do poder público em relação a essa questão, de sorte que teve início a institucionalização, no país, da Educação Especial, num momento em que a filosofia da “normalização” predominava no contexto mundial.

O princípio predominante passou a ser, desde então, o de “integração escolar”, que, ao final dos anos 90, indicava como principal

resultado a fortificação do processo de exclusão, na escola pública, daquelas crianças indesejáveis à escola comum, as que eram recomendadas às classes especiais (BUENO, 1993; MENDES, 2006).

Diante da hipótese de fracasso do “movimento integracionista”, a ideia de inclusão passou a ser adotada, sendo considerada tema imprescindível nas discussões a respeito da Educação Especial (OMOTE, 1999).

É preciso ter em vista que nossa sociedade, cada vez mais complexa, constantemente modificada pelo advento da globalização, que sinteticamente se caracteriza pela eliminação das fronteiras entre países e culturas, exige que se busque a construção de um modelo capaz de oferecer respostas às novas demandas sociais. Um modelo social comprometido com essas demandas é aquele que, entre outras medidas, concentra esforços para eliminar quaisquer barreiras físicas e psicológicas, social e historicamente construídas.

Durante muitos anos, ativistas dos direitos das pessoas com deficiência tentaram elaborar uma convenção com características específicas que atendessem a esse segmento, até então marginalizado em grande medida. Em breve resgate histórico, constata-se que, somente depois da Segunda Guerra Mundial, especialmente após a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), é que as pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas como sujeitos e, com isso, a legislação em todo o mundo – inclusive no Brasil – começou a se adequar para garantir os direitos dessa população (LEITE; MARTINS, 2008).

Acrescenta-se que a inclusão social é subsidiada no princípio da equidade, que por sua vez reconhece a diferença e provê condições diversas para que as pessoas que se encontram nessa condição possam usufruir a igualdade dos direitos, no contexto social em que se inserem. Exemplificando, para que uma pessoa cadeirante possa fazer uso dos serviços disponíveis em um posto de saúde, é necessário que se respeitem as leis de acessibilidade física – por exemplo, rampas e banheiros adaptados – ou seja, em função de condições especiais, o contexto deve se ajustar para atender às demandas diversas dos cidadãos na garantia da igualdade dos direitos (ARANHA, 2001).

Ao estudar a inclusão social, Leite e Martins (2008) relatam que tal movimento surge com a intenção de proporcionar às minorias sociais o contato com as instâncias capazes de promover o desenvolvimento do gênero humano, de maneira que segmentos populacionais como negros, índios, pessoas com deficiência, pessoas de esferas econômicas menos privilegiadas, entre outras minorias, vêm ganhando cada vez mais espaço nas discussões e decisões relacionadas à elaboração de políticas públicas que garantam os direitos humanos em esfera abrangente.

Reitera-se que a educação inclusiva preconiza uma educação de qualidade para todos, que possa satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem; focaliza sobretudo os grupos vulneráveis e marginalizados, procurando desenvolver todo o potencial de cada indivíduo. Seu objetivo final é acabar com todas as formas de discriminação e promover a coesão social (UNESCO, 2011).

Em termos mais específicos, a educação inclusiva constitui-se em uma ação política, cultural, social e pedagógica, que tem como objetivo garantir o direito de que todos estejam juntos na escola, participando, convivendo e aprendendo, sem nenhum tipo de discriminação. Essa referência educacional reconhece a diversidade como característica do ser humano, independentemente do seu causal, ampara-se na concepção dos direitos humanos e busca, em um grande movimento, a melhoria do ensino como um todo, bem como conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis (BRASIL, 2007).

Assim, num cotejo das explicitações apresentadas neste texto, algumas reflexões são pertinentes: qual é a participação da Psicologia no processo de inclusão social e educacional? Por que os psicólogos devem adotar esses princípios e contribuir para a efetivação do objetivo de uma sociedade mais justa e igualitária e a promoção de uma escola para todos?

As mudanças necessárias devem ser assumidas como responsabilidade da sociedade civil, dos representantes do poder público e dos profissionais envolvidos com o processo de inclusão, pois, garantindo uma educação de qualidade para todos, seus resultados poderão ser desfrutados por todos, considerando que a educação escolar propicia

os meios que possibilitam as transformações na direção da melhoria da qualidade de vida da população em geral (CFP, 2008).

Em termos educacionais, a Declaração de Sapporo (2002) preconiza que a participação plena na escola deve ter início na infância, nas salas de aula, nos recreios e em programas e serviços oferecidos no ambiente escolar, uma vez que, quando crianças com deficiência estão ao lado de pares não coetâneos, nossa comunidade se enriquece pela consciência e aceitação de todos os seus membros, mesmo que apresentem características pouco comuns aos demais, como no caso pessoas agravadas pela paralisia cerebral ou por síndromes congênitas. Para isso, as organizações responsáveis devem insistir para que as esferas governamentais de cada país planejem e executem ações que visem erradicar a educação segregada e estabeleçam políticas de valorização da educação inclusiva.

Martins (2006, p. 51) reafirma que a função essencial da escola é a de “[...] socialização do saber historicamente produzido tendo em vista a máxima humanização dos indivíduos”, ou seja, a educação tem um papel humanizador e a sala de aula deve se constituir em um local privilegiado de transmissão/sistematização dos conhecimentos, além de um espaço democrático, no qual os conhecimentos e as experiências possam ser partilhados entre diferentes.

Dentre as possibilidades da constituição do ser humano, a autora aponta que fundamentais são aquelas que indicam a formação de processos psicológicos superiores e, por sua vez, para que tais processos ocorram, faz-se necessária a apropriação da cultura material e intelectual existente, objetivando a superação das formas primitivas de pensamento e o desenvolvimento da consciência (MARTINS, 2006).

A teoria histórico-cultural, para compreender o psiquismo humano, amparada no pressuposto de Vigotski (1996), estabelece que as funções psicológicas superiores representam a base da consciência dos homens, regulando o comportamento humano e, assim, diferenciando a espécie humana dos animais.

Com isso, é possível sustentar a importância fundamental da educação formal, fornecida pela escola, para o desenvolvimento e a humanização dos indivíduos; é na escola que as crianças poderão apropriar-se

da cultura material e intelectual produzida pelo gênero humano, ao longo do processo histórico, podendo assim superar as formas primitivas de pensamento e consciência, permitindo a formação das funções psicológicas superiores, o que necessariamente caracterizará a humanização desses indivíduos.

Numa alusão às pessoas com deficiência, Ferreira e Bozzo (2009) entendem que a inclusão é um direito garantido por lei a todas as pessoas que se encontram nessa condição. Mais do que cumprir a lei, incluir a criança com deficiência, além de possibilitar que ela se insira na sociedade em que mais tarde precisará conviver, é não deixá-la alienada e despreparada para uma realidade que também é dela. E isso é correspondente na esfera educacional. Com base na *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2007, p. 5), “[...] a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão”.

Complementar a esse posicionamento, Madruga (2008) sublinha que é necessário aprender a conviver na diversidade, com as diferenças individuais, de maneira respeitosa e benéfica a todos. E isso é o que preconiza a Inclusão Educacional, que o convívio com as diferenças proporciona a diminuição das dificuldades e o aumento das potencialidades da pessoa que se encontra em condição de deficiência, entendendo que cada pessoa é única, com diferenças e características únicas.

De acordo com Lourenço (2000), a educação inclusiva vem-se configurando como um desafio ao longo da história da Psicologia, pois apresenta uma combinação de novos métodos e possibilidades com variadas críticas aos resultados obtidos.

Entretanto, numa digressão histórica, recorda-se que a história da educação especial no país tem início no século XVI, com iniciativas de médicos e pedagogos que ousaram contrariar os conceitos vigentes na época e acreditaram na possibilidade de educação de pessoas para as quais, até então, não era oferecido nenhum tipo de instrução (MENDES, 2006).

Sempre houve a predominância da perspectiva religiosa, assistencial ou médica no que diz respeito à deficiência no Brasil, e a compreensão histórica dessas características não pode ser dissociada dos processos de exclusão social. Segundo Figueira (2011), as políticas de exclusão têm início no tratamento

dados aos nativos indígenas, passando pelas práticas assistencialistas dos jesuítas, pela tirania do regime escravocrata e pelo pensamento médico. Para o autor, a concepção de deficiência e as práticas a ela associadas foram constituídas, ao longo da história, em relação aos ambientes hospitalares e assistenciais, o que é corroborado pelo fato de que, no final do século XIX e início do século XX, grande número de médicos havia realizado pesquisas, registrado e publicado trabalhos científicos sobre as crianças com deficiências, demonstrando preocupação com sua aprendizagem.

É possível perceber, desde esse tempo, uma forte influência da Medicina no modo de se conceber a deficiência. No Brasil, na segunda metade do século XIX, o Estado passou a intervir também na área da saúde referente às doenças mentais; foram criados asilos, hospícios e hospitais psiquiátricos nos quais um considerável número de pessoas com deficiência mental era confundido com doentes mentais¹ e internado, de modo indiscriminado, nessas instituições. Foi também nesse contexto que surgiram algumas iniciativas relacionadas às pessoas com deficiência, como a fundação de uma instituição para pessoas com deficiência mental² pelo psiquiatra Juliano Moreira e a construção de um pavilhão para crianças no Hospital de Juquery, porém sempre atreladas ao contexto médico (FIGUEIRA, 2011).

Ulysses Pernambucano, conhecido psiquiatra, neurologista, pesquisador e formador de médicos e pioneiros da Psicologia, trouxe uma visão mais normativa das pessoas com deficiência intelectual. A ele é atribuída a primeira tese brasileira no campo da deficiência intelectual, na qual se destacam duas das grandes preocupações de Pernambucano: a criança excepcional e a psiquiatria social. Nesse texto, publicado em 1918, o autor aborda a importância da educação para crianças com deficiência intelectual e/ou superdotação. Ao assumir o cargo de professor de Psicologia do Curso de Aplicação, Pernambucano deu início às primeiras pesquisas

¹ Cabe aqui definir e diferenciar cada um desses termos. Entende-se por *deficiência mental* o funcionamento intelectual significativamente inferior à média, envolvendo a dificuldade na realização das atividades cotidianas e de interação com o meio em que a pessoa vive, em decorrência de dificuldades cognitivas, sendo que o início deve ser anterior aos 18 anos de idade. A *doença* ou o *transtorno mental* está relacionado a síndromes ou padrões comportamentais ou psicológicos clinicamente relevantes, com alterações expressivas de humor, ansiedade, angústia e depressão, por exemplo, podendo acarretar em prejuízos no desempenho global da pessoa e/ou daqueles com quem ela convive (BEVERVANÇO, 2001).

² No presente estudo, utilizar-se-á, a partir daqui, o termo *deficiência intelectual*, por se tratar da terminologia mais adequada e aceita atualmente.

com testes pedagógicos, mentais e de aptidão em alunos do curso primário. Assevera-se que Pernambucano implementou processos pedagógicos com base na Psicologia, o que significou a aplicação efetiva dos conhecimentos psicológicos à Educação. Arquivos mostram que havia, em torno de 1930, um intenso movimento de pesquisa psicológica, com coleta de dados sobre a infância, padronização de diversos testes mentais e revisão de escalas psicológicas, sob orientação de Pernambucano (FIGUEIRA, 2011).

Segundo Pereira e Pereira Neto (2003), a relação estabelecida entre a Medicina e a Psicologia foi baseada no diagnóstico da doença mental, o que pode ser constatado pela criação de laboratórios de Psicologia em instituições como asilos, hospícios e hospitais psiquiátricos, e também pela forte atuação de médicos psiquiatras nesse contexto. A tentativa de fazer da Psicologia uma especialidade médica, consequência dessa aproximação, refletiu a tendência mundial dos estudos do comportamento humano, que eram realizados para identificação e classificação de comportamentos aceitáveis ou desviantes. Esse é um fato que pode ter colaborado grandemente para o interesse, desenvolvimento e utilização dos testes em Psicologia.

A psicóloga Anita Paes Barreto desenvolveu estudos na área da educação do excepcional, e seu trabalho e dedicação ao projeto da “Escola para Anormais” colaborou para o lançamento das bases científicas para melhor compreensão da infância, com o desenvolvimento de investigações sobre a presença de deficiência intelectual entre crianças em idade escolar. Em 1925, foi nomeada psicóloga do Instituto de Psicologia e, atuando junto com Pernambucano, publicou, em 1927, o trabalho *Estudo Psicotécnico de alguns Testes de Aptidão*; realizou também estudos pioneiros no campo da Psicologia Aplicada. Barreto, ao longo de sua carreira, trouxe enormes contribuições para a Psicologia brasileira, tendo recebido do Conselho Federal de Psicologia, em 1997, o prêmio “Reconhecimento dos psicólogos brasileiros pela contribuição no desenvolvimento da Psicologia como Ciência e Profissão” (FIGUEIRA, 2011).

Helena Antipoff foi outra psicóloga que cooperou enormemente para o crescimento da Psicologia no país; de origem russa, chegou ao Brasil em 1929, e uma de suas primeiras ações foi criar um laboratório na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, onde eram realizadas pesquisas sobre o desenvolvimento mental das crianças. A essa época, Antipoff já trabalhava

com uma concepção de anormalidade diferente da predominante no Brasil, acreditando que aqueles que apresentavam uma idade mental muito abaixo da idade real poderiam, mesmo assim, adquirir autonomia e participar ativamente do cotidiano a sua volta (FIGUEIRA, 2011).

A psicóloga acreditava que a inteligência era um produto complexo, fruto das disposições intelectuais inatas e do crescimento biológico, juntamente com os fatores relacionados ao meio social, às condições de vida e da cultura nas quais a criança se insere. Antipoff apontou também as deficiências na elaboração dos testes de inteligência utilizados, porque acreditava que estes avaliavam apenas a inteligência formal, obtida nos moldes da classe social hegemônica e de acordo com a moral da família burguesa. Figueira (2011) destaca que outros de seus importantes trabalhos foram a dedicação ao problema das crianças carentes e abandonadas, a preocupação com a educação de crianças excluídas do processo de escolarização, a fundação da primeira Sociedade Pestalozzi do país, em Belo Horizonte (que contava com um consultório médico-pedagógico para o atendimento de crianças com deficiência ou as chamadas problemáticas), a criação da Fazenda do Rosário e a criação da Sociedade Pestalozzi do Brasil, no Rio de Janeiro, além da preocupação com a educação para superdotados.

Uma das grandes críticas a sua atuação, porém, era o fato de que, apesar da preocupação com as crianças excepcionais, Helena Antipoff tinha uma visão organicista da excepcionalidade, isto é, acreditava que, pelo intermédio da educação, essas crianças poderiam ser curadas de seus desvios. A educação seria um modo de evitar que a anormalidade trouxesse efeitos nocivos à sociedade, por isso, a psicóloga lutou pelo processo de seleção e distribuição dos alunos conforme suas necessidades e seu nível de desenvolvimento físico e mental e pela efetivação das classes especiais nas escolas públicas (LOURENÇO, 2000).

Entretanto, Lourenço (2000) ressalta que a concepção organicista de Antipoff foi-se transformando ao longo de seu trabalho com as crianças excepcionais, até o momento em que deixa de conceber a necessidade de uma cura para as deficiências e passa a avaliar o meio físico e social do qual a criança faz parte. Assim, vem a considerar a influência do meio ambiente na produção da excepcionalidade e na forma de se relacionar com ela.

Tendo seu conceito de excepcionalidade ampliado, ou seja, tendo passado de uma visão organicista da deficiência para uma concepção que considera o ambiente e a sociedade, Antipoff demonstrou preocupação com o termo utilizado para se referir às crianças que fugiam de alguma forma à norma, necessitando de uma atenção especial. Na intenção de adotar um termo neutro, ela optou por *excepcionais* para intitular as crianças e adolescentes que se desviavam acentuadamente, para cima ou para baixo da norma de seu grupo, no que tange às características mentais, físicas ou sociais, sendo que essa condição poderia trazer prejuízos à sua educação, desenvolvimento e ajustamento ao meio social (FIGUEIRA, 2011).

Também no início do século XX, Vigotski (1896-1934), tendo vivenciado a Revolução Russa de 1917 e sofrido influência de autores como Marx e Engels, apresentou, partindo das proposições teóricas do materialismo histórico-dialético, uma nova organização da Psicologia, denominada Psicologia Histórico-Cultural. Elaborou apreciações teórico-metodológicas à Defectologia – área de conhecimento teórico e de intervenção que subsidiaria ações da Psicologia e da Educação Especial no trato destinado às pessoas com deficiência. Tais ações estariam pautadas em uma concepção de desenvolvimento humano que considera essencial a contribuição do mediador nesse processo, como facilitador do desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como raciocínio lógico, pensamento dedutivo, memória mediada, linguagem, formação de conceitos, abstração, entre outras. As contribuições da Defectologia são até hoje encontradas nas leituras na área da Psicologia e da Educação (BARROCO, 2007; VAN DER VEER; VALSINER, 1991).

Barroco (2007), em um trabalho que objetiva buscar as contribuições da Psicologia Histórico-Cultural acerca da Defectologia e do psiquismo humano e suas ligações com a Educação (regular e especial) e a Psicologia, salienta que o trabalho de Vigotski – que apresenta novas bases filosóficas e metodológicas para a compreensão do desenvolvimento diferenciado pela deficiência – pode ser tomado como um dos capítulos que marcam a história da Educação Especial.

Vigotski leva em conta as possibilidades de ensino e de aprendizagem sem colocar em primeiro plano as deficiências ou os déficits, mas olhando para as potencialidades e os mecanismos substitutivos possíveis

ou compensatórios do aluno e da escola. Para o autor, as leis que regulam o desenvolvimento infantil são as mesmas para crianças com e sem deficiência, sendo que aquelas devem ser estudadas em uma perspectiva qualitativa – e não como uma diferenciação quantitativa da criança considerada normal (ALLEBRANDT-PADILHA, 2004; BARROCO, 2007).

Conforme Vigotski, o desenvolvimento da pessoa comum e da pessoa com deficiência não são situadas em polos opostos, e escolas regular, comum, auxiliar e especial não se apresentam de forma dicotômica (BARROCO, 2007).

A Psicologia Histórico-Cultural tem importância, por demonstrar a natureza social de categorias anteriormente tidas por “naturais” – o que é necessário aos estudos das deficiências e das suas manifestações; com Vigotski, fica claro que a questão do não desenvolvimento não se deve ao tipo de deficiência e ao grau de comprometimento existente, mas está antes relacionada a limites sociais (BARROCO, 2007).

A autora afirma que a questão de Vigotski, no campo da Defectologia, não era apenas a luta pela causa das pessoas com deficiências, não era a defesa da educabilidade do atrasado mental, do surdo-mudo, do cego, do cego-surdo-mudo e sua convivência educacional e cotidiana com pessoas sem deficiências, não era o ensino de profissões ou de uma determinada linguagem a essas pessoas; sua luta era essencialmente pela humanização de todo e qualquer homem (BARROCO, 2007).

A relação entre Psicologia e a questão da deficiência data de um longo período, sobretudo no que diz respeito a práticas educativas e à relação com as práticas médicas; a própria história da Psicologia caminhou em paralelo com a constituição da Educação Especial, no Brasil, tanto no que concerne à realização de avaliações e diagnósticos quanto ao que se refere à educação das pessoas com deficiência.

Nessa medida, pensar a respeito da educação inclusiva envolve pensar nas relações existentes entre Psicologia, práticas educacionais e educação especial e, assim, no papel social do psicólogo (LOURENÇO, 2000). A Psicologia e os psicólogos devem ser indagados sobre as responsabilidades históricas assumidas nesse campo e devem se corresponsabilizar pela produção das perspectivas excludentes que nele se

instalaram. No entanto, a Psicologia pode se apresentar como instrumento de apoio a uma nova versão da educação, uma versão transformadora e democrática, que concebe a escola como espaço de produção e ampliação da consciência.

A Psicologia deve, ainda, reunir, organizar e trabalhar para que seu melhor seja colocado a serviço da Educação Inclusiva, em nosso país, como uma realidade prática, como uma responsabilidade assumida nesse processo (CFP, 2008).

Em documento sobre a Educação Inclusiva, porém, o Conselho Federal de Psicologia (2003) destaca que aceitação formal da ideia humanitária esbarra na realidade do despreparo geral da Educação para essa tarefa: despreparo dos espaços físicos, da mentalidade que rege as concepções pedagógicas hegemônicas, dos professores e demais recursos humanos da escola, incluindo os psicólogos.

Esse profissional tem papel fundamental no processo de Inclusão das pessoas com deficiência e, entre suas funções, está promover ações que favoreçam o bem-estar e o desenvolvimento dos indivíduos, explorando suas potencialidades e fornecendo condições para o pleno exercício de sua cidadania. Apesar das evidências de que seu preparo para tal ainda necessite de melhorias e ajustes, não há como negar a importância da atuação desse profissional nos mais diversos contextos e com os mais diferentes públicos.

Nesses termos, é oportuno definir quais são as ações esperadas do psicólogo nas relações com as pessoas com deficiência. Por ser objeto desse estudo, destaca-se a atuação da Psicologia, concebida como uma ciência que apresenta um papel social de grande relevância, tanto como área de conhecimento – colaborando no desenvolvimento da compreensão das questões humanas – como campo de atuação cada vez mais extenso e efetivo na intervenção sobre elas (ANTUNES, 1999).

Segundo Amaral (1992), os psicólogos têm muito a colaborar nas discussões sobre o tema da integração/segregação das pessoas com deficiência, pois a Psicologia Social abarca um importante instrumental que pode contribuir para as discussões de caráter psicossocial. Faz parte desse ramo da Psicologia conhecer os sentimentos envolvidos nas reações emocionais ligadas à questão da deficiência, uma vez que eles podem se

apresentar confusos e imprecisos, necessitando de uma reorganização, que poderá ocorrer pelo intermédio do psicólogo, seja na esfera clínica, seja educacional ou organizacional, entre outras.

A Psicologia Social trouxe importantes contribuições para a compreensão do fenômeno da deficiência, porque não desconsidera a possível existência de incapacidades objetivamente constatadas, que podem gerar prejuízos intelectuais, motores, sensoriais, comportamentais e sociais, deixando o indivíduo em situação de desvantagem; e ainda explica como as deficiências acontecem e as suas consequências para as pessoas com deficiências. Uma teoria da deficiência deve encará-la como decorrência do modo de funcionamento do próprio grupo social em que essa pessoa está inserida, ou seja, como as pessoas desse grupo tratam as diferenças – principalmente aquelas que receberam significado de desvantagem e descrédito por parte do grupo social (OMOTE, 1994; SAETA, 1999).

Em termos normativos, dentre as atribuições profissionais do psicólogo no Brasil, que constam no Catálogo Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho, especificam-se:

O psicólogo desempenha suas funções e tarefas profissionais individualmente e em equipes multiprofissionais, em instituições privadas ou públicas, em organizações sociais formais ou informais, atuando em: hospitais, ambulatórios, centros e postos de saúde, consultórios, creches, escolas, associações comunitárias, empresas, sindicatos, fundações, varas da criança e do adolescente, varas de família, sistema penitenciário, associações profissionais e/ou esportivas, clínicas especializadas, psicotécnicos, núcleos rurais e nas demais áreas onde as questões concernentes à profissão se façam presentes e sua atuação seja pertinente. (BRASIL, 1992).

O referido documento destaca ainda que o Psicólogo, em suas especificações profissionais, atua nos âmbitos educacional, social, da saúde, do lazer, trabalho, segurança, justiça e comunicação, e tem como objetivo promover, em (e com) seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano. Sendo assim, e levando em conta que as diferenças individuais são inerentes ao ser humano, pode-se afirmar que o papel do psicólogo junto com a população das pessoas com deficiência não difere das ações desse profissional com a população em geral.

Porém, ao observarmos que o movimento de inclusão é relativamente novo, há que se lembrar que muito ainda precisa ser feito no que diz respeito à desmistificação das deficiências e à garantia dos direitos e deveres da pessoa com deficiência. Nesse sentido, o psicólogo se configura como profissional com responsabilidade teórica e operacional para auxiliar na promoção de ações inclusivas, que estabeleçam formas de participação ativa das pessoas com deficiência nos mais diversos contextos – educacional, mundo do trabalho, área da saúde, lazer, entre outros, atuando diretamente com esses indivíduos e também com seus familiares.

Para Caetano (2009), o trabalho do psicólogo deve ser realizado com pessoa com deficiência, com sua família e com o grupo do qual faz parte, e deve acontecer principalmente com o objetivo de eliminar barreiras. A autora enfatiza a necessidade de que o profissional possua conhecimentos a respeito das deficiências – sua caracterização, por exemplo – dos movimentos sociais e atitudinais ligados a elas bem como dos recursos disponíveis – desde a rede social de apoio até os recursos humanos e tecnológicos necessários ao atendimento de cada deficiência.

Conforme apontam Amiralian, Becker e Kovács (1991), o atendimento às pessoas com deficiências, na área da Psicologia, vem-se configurando, no Brasil, como um espaço de trabalho que mantém uma demanda constante.

O profissional de Psicologia deve, portanto, ser preparado para o atendimento a essas pessoas nos âmbitos educacional, da saúde e do trabalho, essencialmente. Caetano (2009) identifica as mesmas três grandes áreas de atuação do psicólogo com seus temas principais: a área escolar – que abarca a Psicologia da aprendizagem, a Psicologia educacional, a consultoria colaborativa e procedimento de ensino e suporte comportamental positivo; a área da saúde, que aborda o psicodiagnóstico, a avaliação psicológica, reabilitação, aconselhamento sobre sexualidade, prevenção e promoção da qualidade de vida, Psicologia institucional; e no que se refere à área do trabalho, estão associadas ações como análise de perfil, condições para o trabalho e realização de treinamentos.

O trabalho do psicólogo na educação pode envolver uma série de atividades, como a identificação das especificidades do processo de ensino

e de aprendizagem de alunos com deficiência, a elaboração de propostas de orientação aos pais, professores e demais profissionais da escola, a realização de intervenções, em situações específicas, com o aluno, a família ou no ambiente escolar, enfim, o fornecimento do suporte psicoeducacional aos educandos, familiares, professores de alunos com deficiência, visando à promoção de práticas educacionais inclusivas.

De acordo com Riss (2010), a preocupação principal da Psicologia nos ambientes de trabalho, vinculados ao processo inclusivo, deve ser a compreensão de como se configuram as múltiplas dimensões que caracterizam a vida de cada indivíduo, dos grupos e das organizações, tendo em vista um mundo complexo e em constante transformação. Deve ter como finalidade a construção de estratégias e procedimentos que almejem a promoção, preservação e restabelecimento da qualidade de vida e bem-estar das pessoas com deficiência; assim, o psicólogo, em seu trabalho nas organizações, torna-se um mediador nas relações interpessoais, o que facilita a efetivação do processo inclusivo.

Violante e Leite (2011, p. 75), relatam que é preciso desfazer a imagem, até hoje atribuída ao indivíduo com deficiência, de “[...] incapaz, improdutivo, lento, desprovido de qualidades e oneroso [...]” e criar uma nova concepção, a “[...] de um indivíduo capaz, produtivo, dotado de qualificação profissional”. Entretanto, esse processo não é fácil, é trabalhoso e lento, e deve ser encarado de maneira mais ampla, como um compromisso social assumido pelas mais diferentes áreas que estejam interessadas na promoção de igualdade de chances para que o desenvolvimento humano ocorra.

Na área da saúde, o psicólogo pode atuar em uma perspectiva de educação para a saúde, trabalhando com os diversos comportamentos associados a ela: cuidados primários de saúde, educação sexual, promoção da competência pessoal, promoção de relações interpessoais gratificantes (MATOS, 2004). Dimenstein (1998) salienta ainda a atividade na reabilitação psicossocial das pessoas com deficiência, a contribuição na organização e gerenciamento dos serviços de saúde e o desenvolvimento de instrumentos de avaliação como possibilidades de atuação do psicólogo na área da saúde.

É possível ressaltar que existe uma relação histórica entre o desenvolvimento da Psicologia e a atenção à pessoa com deficiência, no Brasil, e essa relação vem sendo aperfeiçoada, com o passar do tempo, por meio de pesquisas e publicações na área, de mudanças nas organizações curriculares e das definições e especificações em relação ao trabalho a ser realizado pelo psicólogo. Tais definições não foram determinadas e estabelecidas previamente, mas surgiram com base na demanda pelo atendimento psicológico às pessoas com deficiência, e foi a partir dessa demanda que a necessidade da atuação desse profissional, não apenas com a pessoa, mas em todo o ambiente que a cerca, foi sendo evidenciada. Por isso, é possível, atualmente, descrever o papel do psicólogo no atendimento às pessoas com deficiência, quais são seus locais de trabalho e as atividades a serem desenvolvidas. É provável que muito ainda possa ser acrescentado, em relação a recursos e possibilidades de atuação, que poderão surgir dos resultados de pesquisas na área, da aproximação desses resultados ao cotidiano dos profissionais e da atuação deles nos diversos contextos possíveis.

CONSIDERAÇÕES

No decorrer desses cinquenta anos de profissão regulamentada, a formação em Psicologia no Brasil vem sendo estudada e debatida repetidamente. Suas características, deveres e direcionamentos devem ser alvo constante de discussões e pesquisas envolvendo todos os relacionados a ela: pesquisadores, docentes, profissionais e estudantes. Esses estudos e intervenções sobre a atuação do psicólogo visam assegurar que o profissional possa inserir-se no mercado de trabalho, assim como garantir que sua atuação esteja em conformidade com as diretrizes dos documentos norteadores da área – de atuação do psicólogo e de atendimento às pessoas com deficiência (YAMAMOTO et. al., 2010).

Pensando na interface entre Psicologia e Educação Especial, é fundamental considerar as contribuições da Psicologia, em particular a Psicologia Social, na oferta de importantes subsídios para a formação e atuação do psicólogo para atuarem numa perspectiva inclusiva, ou seja, que promova a participação da pessoa com deficiência em esferas diversas da sociedade. Em termos mais específicos, os estudos psicológicos permitem

conhecer, de maneira mais abrangente, as condições a partir das quais as deficiências foram construídas e constituídas, a sua representação social e tratamento dispensado pela sociedade a essa demanda populacional.

Igualmente, o conhecimento produzido pela Psicologia Histórico-Cultural proporciona ao psicólogo o entendimento de que o potencial de desenvolvimento humano não pode ser mensurado ou previamente determinado, ele é ampliado à medida do curso de vida face às interações sociais estabelecidas num contínuo de trocas interacionais mediadas. Outra contribuição desse constructo teórico à Educação Especial diz que a sociedade – nesse contexto representada genericamente pela escola – tem a responsabilidade de transmitir o conhecimento gerado e acumulado historicamente pelo gênero humano para promover formas mais elevadas de pensamento, pelo ensino de conteúdos científicos, superando a aprendizagem de conteúdos espontâneos.

Nessa direção, o psicólogo tem muito a contribuir com a Educação Especial e deve estar ciente que sua atuação deve ser concatenada com o compromisso de que toda pessoa – com ou sem deficiência – tem o direito de acessar produções realizadas pela sociedade no decorrer de sua história. Desse modo, é pertinente considerar que a todo ser humano devem ser possibilitadas várias formas de apropriação dos conhecimentos, desmitificando o ideário de capacidade máxima de desenvolvimento que perpetua um dado limite antecipado de aprendizagem, principalmente quando se trata de pessoas com deficiência. Romper com esse modelo é fomentar situações de ensino que possibilitem mais do que simples repetição ou descrição de fenômenos, que impliquem a adoção de relações epistemológicas e correlações com o universo de conceitos adjacentes, pois para Leontiev (2005), é contraditório entender que o aprender seja adquirido hereditariamente como também que o sujeito possa desenvolver-se na ausência de relações práticas e verbais com outros.

Destarte, o papel do psicólogo com essa população não deve ser secundarizado, pois é, antes de tudo, político. É dever desse profissional atuar para que, cotidianamente, o processo de inclusão das pessoas com deficiência seja efetivado, não apenas na escola como nas diversas esferas sociais (laboral, de saúde, entre outras). O psicólogo, então, deve dirigir uma prática que busque a mudança da cultura escolar. Para isso, toda a

comunidade escolar deve ser envolvida – gestores, professores, alunos, pais, funcionários da escola, estagiários, enfim, todos aqueles que constroem essa cultura cotidianamente. Se o profissional de Psicologia considerá-los como a parte viva dessa cultura, pode incluí-los nos projetos que venha a empreender na escola, pensando em formas diferenciadas de favorecer a participação das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no processo de escolarização. Nesse direcionamento, a sua atuação, em sentido mais amplo, irá favorecer que esses alunos possam acessar o currículo e se apropriarem do conhecimento produzido pela sociedade da qual faz parte, tendo maiores possibilidades de desenvolvimento humano, inclusive com relação a oportunidades de inserção no mercado de trabalho.

Assim, considera-se relevante a promoção de estudos que relacionam Psicologia e Educação – incluindo a educação especial e o movimento da educação inclusiva – para que seus pesquisadores consigam aproximar cada vez mais as descobertas realizadas com vistas à efetivação de melhorias na formação em Psicologia. Entretanto, torna-se desafiador fazer com que os resultados desses estudos alcancem os profissionais que já se encontram em exercício – e, provavelmente, mais distante do meio acadêmico – para que o conhecimento produzido a respeito das contribuições da Psicologia no atendimento às pessoas com deficiência possa ser compartilhado e destinado para fomentar formas diferenciadas de participação de um segmento social que ainda se encontra no limite da exclusão social.

REFERÊNCIAS

- ALLEBRANDT-PADILHA, S. M. *Pressupostos epistemológicos na educação do deficiente mental ao longo dos tempos* (2004). Disponível em: <www.ufsm.br/gpforma/1senafe/bibliocon/pressupostos.rtf>. Acesso em: 20 set. 2011.
- AMARAL, L. A. *Mercado de trabalho e deficiência*. São Paulo: SENAI, 1992. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v01n02/v01n02a12.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- AMIRALIAN, M. L.; BECKER, E.; KOVÁCS, M. J. A especialização do psicólogo para o atendimento às pessoas portadoras de deficiência. *Psicologia-USP*, São Paulo, SP, v. 2, n. 1-2, 1991, p. 121-124. Disponível em: <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?pid=S1678-51771991000100011&script=sci_arttext>. Acesso em: 20 set. 2011.
- ANTUNES, M. A. M. *A psicologia no Brasil: leitura histórica sobre sua constituição*. São Paulo: EDUC, 1999.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. *Revista do Ministério Público do Trabalho*, Ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001. Disponível em: <http://www.centroruibianchi.sp.gov.br/usr/share/documents/08dez08_biblioAcademico_paradigmas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2011.
- BARROCO, S. M. S. *A Educação Especial do novo homem soviético e a Psicologia de L. S. Vigotski: implicações e contribuições para a Psicologia e a Educação atuais*. 2007. 414f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, SP, 2007.
- BEVERVANÇO, R. B. *Direitos da pessoa portadora de deficiência - da exclusão à igualdade*. 1ª. Ed. Curitiba: Ministério Público do Paraná, 2001. v. 1, 373p.
- BRANDÃO, C. R. *O que é educação*. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (2007). Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 3 mai. 2011.
- BRASIL. Ministério do Trabalho. *Catálogo Brasileiro de Ocupações*. 1992.
- BUENO, J. G. S. *Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: EDUC, 1993.
- CAETANO, N. C. S. P. *O impacto da formação do psicólogo para atuar com pessoas em situação de deficiência*. 2009. 179f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, SP, 2009.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Educação para todos: o que os psicólogos têm a ver com isso?* (2008). Disponível em: <http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/publicacoes/artigos/artigos_050310_0079.html>. Acesso em: 13 out. 2010.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Educação Inclusiva: o que é que a Psicologia e os Psicólogos têm a ver com isso?* (2003). Disponível em: <<http://pol.org.br/debate/materia.cfm?id=38&materia=117>>. Acesso em: 13 out. 2010.

DIMENSTEIN, M. D. B. O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde. *Estudos de Psicologia*, v. 3, n. 1, 1998. p. 53-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v3n1/a04v03n1.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

FERREIRA, M. M.; BOZZO, F. E. F. *Inclusão de crianças com Síndrome de Down no ciclo I do ensino fundamental*. Rio de Janeiro: DP&A, 2009. Disponível em: <<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2009/trabalho/aceitos/CC31441044850.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2010.

FIGUEIRA, E. "Psicologia do excepcional" na história da psicologia no Brasil. In: _____. *Introdução à Psicologia e pessoas com deficiência: a construção de um novo relacionamento!* São Paulo: Edição do Autor/AgBook, 2011.

LEITE, L. P.; MARTINS, S. E. S. O. *Adequações curriculares: um procedimento na organização de práticas educacionais inclusivas*. Bauru: UNESP/FC, 2008. v. 1. p. 40, ilustrado.

LOURENÇO, E. Educação Inclusiva: uma contribuição da história da Psicologia. *Psicologia Ciência e Profissão*, v. 20, n. 1, 2000. p. 24-29. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98932000000100004&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 set. 2011.

MADRUGA, M. L. C. B. Biblioteconomia e Inclusão Educacional: análises de propostas curriculares. *Revista ABC: Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, SC, v. 13, n. 1, jan./jun. 2008. p. 106-116. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/fichero_articulo?codigo=2684274&orden=0>. Acesso em: 3 mai. 2010.

MARTINS, L. M. Implicações pedagógicas da escola de Vigotski: algumas considerações. In: MENDONÇA, S. G. L.; MILLER, S. (Org.). *Vigotsky e a escola atual: fundamentos teóricos e implicações pedagógicas*. Araraquara: J. M., 2006.

MATOS, M. G. Psicologia da Saúde, saúde pública e saúde internacional. *Análise Psicológica*, v. 3, n. XXII, 2004. p. 449-462. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v22n3/v22n3a03.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2011.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 11, n. 33, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a02v1133.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2012.

OMOTE, S. Deficiência e não deficiência: recortes do mesmo tecido. *Rev. Bras. Educ. Spec.*, v. 1, n. 2, 1994. p. 65-73. Disponível em: <<http://educa.fcc.org.br/pdf/rbee/v01n02/v01n02a07.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2011.

OMOTE, S. Normalização, integração, inclusão... *Ponto de Vista*, v. 1, n. 1, jul/dez. 1999. Disponível em: <<http://150.162.1.115/index.php/pontodevista/article/viewFile/1042/1524>>. Acesso em: 3 mai. 2011.

PEREIRA, F. M.; PEREIRA NETO, A. O Psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 8, n. 2, 2003. p. 19-27. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v8n2/v8n2a02.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2011.

RISS, L. A. *As práticas dos psicólogos frente ao processo de inclusão de pessoas com deficiência nas organizações*. 2010. 160 f. Dissertação (Mestrado em Inclusão Social e Acessibilidade)

- Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2010. Disponível em: <<http://ged.feevale.br/bibvirtual/Dissertacao/DissertacaoLorenRiss.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2011.
- SAETA, B. R. P. O Contexto Social e a Deficiência. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1999. p. 51-55. Disponível em: <<http://www3.mackenzie.br/editora/index.php/ptp/article/view/1141>>. Acesso em: 10 out. 2011.
- UNESCO. *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (2011). Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/education/themes/strengthening-education-systems/inclusive-education/children-with-disabilities/>>. Acesso em: 20 set. 2011.
- VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. *Vygotsky: uma síntese*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1991.
- VIGOTSKI, L. S. *Estudos sobre a história do comportamento: símios, homem primitivo e criança*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- VIOLANTE, R. R.; LEITE, L. P. A empregabilidade das pessoas com deficiência: uma análise da inclusão social no mercado de trabalho do município de Bauru, SP. *Cad. psicol. soc. trab.*, São Paulo, v. 14, n. 1, jun. 2011. p. 73-91. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 mai. 2011.
- YAMAMOTO, O. H.; COSTA, A. L. F. (Org.). *Escritos sobre a profissão de psicólogo no Brasil*. Natal: EDUFRRN, 2010.